



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0005569-40.2017.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Habilitação de Crédito - Recuperação judicial e Falência**
Requerente: **Celio Benedito Matias**
Requerido: **Dynamic Technologies Automotiva do Brasil Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

Celio Benedito Matias, devidamente qualificada nos autos, requer habilitação de crédito nos autos de Recuperação Judicial da empresa **Dynamic Technologies Automotiva do Brasil Ltda**, invocando sua natureza trabalhista, apontando para tanto o valor de R\$ 57.686,50.

Juntou documentos (fls. 3/4).

Manifestação do Administrador Judicial às fls. 20/24 e do Ministério Público às fls.28, posicionado-se pela inclusão de crédito no valor de R\$ 52.406,31 em favor de Celio Benedito Matias, classificado como trabalhista.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Os documentos que instruem a inicial comprovam a existência do crédito, decorrente de reclamação trabalhista, logo, de natureza preferencial.

O Administrador Judicial opinou pela procedência, apresentando, todavia, o valor de R\$ 52.406,31, em razão de cálculo apresentado até a data da decretação da falência, seguindo mesmo sentido o Ministério Público.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Procede o argumento do Administrador Judicial, tendo em vista que a habilitação de crédito deve ter seu valor atualizado até a data da decretação de falência ou do pedido de recuperação judicial, conforme disposto no art. 9º, II da Lei 11.101/05.

Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE a habilitação para o fim de deferir a inclusão do crédito em nome de CELIO BENEDITO MATIAS, no importe de R\$ 52.406,31 (cinquenta e dois mil e quatrocentos e seis reais e cinquenta centavos), no Quadro Geral de Credores, na categoria preferencial trabalhista.

Não há condenação em verba honoraria em razão da natureza do incidente.

Dê-se ciência ao Administrador Judicial para as providências cabíveis.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 20 de setembro de 2017.